



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 010/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º: 08/2017

Assunto: Pregão Presencial para Contratação de Empresa para Fornecimento de Show Musical

Requerente: Prefeito Municipal

Data: 17 de março de 2017.

A) Relatório:

Foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica questionamento jurídico acerca da legalidade de contratação de empresas para fornecimento das bandas "Cowboy da América, Buana e Caldeirão" através de procedimento licitatório de pregão presencial.

B) Fundamentação:

O pregão presencial n.º 08/2017 tem como objetivo promover a contratação de empresas especializadas para fornecimento de show artístico musical, locação de tendas e mesas e cadeiras para a 32ª Festa de Aniversário do Município de São José das Palmeiras, a qual será realizada nos dias 20 a 23 de abril de 2017.

O questionamento principal versa sobre a possibilidade de contratação de bandas por intermédio do pregão presencial, com a especificação exata das bandas pretendidas.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Ora, nada impede que o certame tenha por objeto a contratação de bandas para realização de show artístico, contudo, a indicação expressa da banda, ainda que esta seja reconhecida pela qualidade artística, poderá ensejar o direcionamento do procedimento, se ficar constatado a existência de contrato de agenciamento com cláusula de exclusividade ou detentora de carta de exclusividade, com determinada empresa ou empresário.

Portanto, nesta hipótese prejudicaria a competitividade do certame, violando o princípio da legalidade e da isonomia.

Neste sentido, o ilustre doutrinador Bandeira de Mello, ao tratar do Princípio da Isonomia nos processos licitatórios diz:

O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. É o que prevê o já referido art. 37, XXI, do Texto Constitucional. Aliás, o §1º do art. 3º da Lei 8.666 proíbe que o ato convocatório do certame admita, preveja, inclua ou tolere cláusulas ou condições capazes de frustrar ou restringir o caráter competitivo do procedimento licitatório e veda o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes, bem como entre empresas brasileiras ou estrangeiras, ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Assim, considerando o interesse da administração em indicar grupos musicais de reconhecimento, parece pertinente a contratação destas por intermédio de inexigibilidade de licitação.

A contratação direta pretendida, na hipótese de inexigibilidade de licitação, é perfeitamente possível, eis que encontra fundamento factual e amolda-se à hipótese do art. 25, III da lei de Licitações e Contratos, desde que sejam respeitadas as suas condições no certame.

Por outra banda, não há óbice quanto à anulação de atos administrativos que estejam eivados de vícios que os tornem ilegais, conforme Súmula n.º 473 do STF.

C) Conclusão:

Dessa forma, considerando os argumentos expostos, esta procuradoria posiciona-se pela anulação dos atos, especificamente o cancelamento do certame quanto aos itens 01, 02 e 03 do Edital Presencial n.º 08/2017. Por derradeiro, ressalta-se que o pregão poderá prosseguir quanto aos demais itens, já que não fora identificada nenhuma irregularidade.

É o parecer. Em 17 de março de 2017.

Herbert Correa Barros

OAB/PR 51.127

Advogado do Município